**PRÉ-PROJETO**

**O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA VISÃO DO PROFESSOR**

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho monográfico tem como proposta analisar sobre “o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”, estabelecendo uma articulação e, posteriormente, uma reflexão mediante ao ponto de vista dos professores em relação a esta temática.

Este tema remete a muitas indagações e discussões acerca da importância e intencionalidade da Educação Infantil na vida da criança. Diante disso, espera-se com este trabalho, despertar nos professores um olhar mais sensível e apurado sobre a prática docente e as propostas pedagógicas realizadas por eles, possibilitando uma reflexão crítica sobre como elas têm refletido na vida da criança.

Pretende-se, ainda, analisar o olhar do professor sobre a contribuição da Educação Infantil para a vida escolar da criança, e ainda, como ela tem favorecido o desenvolvimento da mesma. Para tanto, esta pesquisa conta com a colaboração de professores, que vem contribuir significativamente, compartilhando seu modo de ver esta educação.

Sabe-se que as instituições de Educação Infantil têm como foco principal cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, levando através do lúdico, momentos de aprendizagem aliados à criatividade, imaginação, de modo que a criança se desenvolva em seus aspectos motor, afetivos, cognitivo e social.

É através da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, que a criança tem a possibilidade de conhecer e explorar suas características e habilidades, evoluindo a partir delas. Ao experimentar as propostas voltadas para elas, as crianças vivenciam um mundo de descobertas, através de elementos que contribuem significativamente para seu aprendizado, refletindo na construção do seu conhecimento também nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Acredita-se que, ao passar pela Educação Infantil, as crianças consigam obter resultados mais relevantes na sua aprendizagem, pois, as vivências propostas por essas instituições propiciam o amadurecimento da criança, proporcionando a aquisição de conhecimentos necessários que irão contribuir para a vida escolar futura.

As propostas pedagógicas na Educação Infantil, tem o propósito de despertar os sentidos da criança, sendo eles o cognitivo, afetivo, social e motor, além de trabalhar a autonomia. Contudo, é importante ressaltar que a criança já traz consigo uma bagagem cultural e um conhecimento particular, que a torna capaz de transformar, criar e inventar ao seu modo. Assim, a educação da criança se torna significativa ao considerá-la um ser social, uma cidadã de direitos, que possui uma história e uma tradição já construída. Portanto, considerar a criança como ser social, é dar-lhe liberdade para expressar-se, e diante disso, evoluir.

Na Educação Infantil o professor é o principal mediador dessas vivências, que devem ser promovidas intencionalmente, de modo a alcançar as metas e objetivos traçados para aquela determinada criança ou turma, garantindo uma aprendizagem significativa, individual e coletiva. Diante disso, acredita-se que as práticas pedagógicas dentro das instituições de Educação Infantil têm sido relevantes e pertinentes ao desenvolvimento integral da criança.

No entanto, as escolas de Educação Infantil têm sido vistas apenas como espaços onde os pais deixam seus filhos, lugar de criança ficar, depósito, ou confinamento.

Por outro lado, ouve-se que essas instituições tem o dever de fazer com que as crianças, menores de seis anos, aprendam o dito “b a BÁ”, promovendo a antecipação da alfabetização e letramento. Assim, as Escolas de Educação Infantil, muitas vezes, não são reconhecidas em seu verdadeiro valor, em sua verdadeira essência.

A partir desses pressupostos, acredita-se que diante da visão do professor, pode-se obter melhor visibilidade desta realidade, aonde o mesmo venha colaborar para um esclarecimento do que a Educação Infantil tem representado na vida da criança. Assim, faz-se necessário, desvelar a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança, de modo que esta seja compreendida pelas pessoas que dela usufruem, garantindo que as crianças, cidadãs desse direito, sejam contempladas integralmente.

Partindo dessas premissas, ressalta-se que o objetivo deste trabalho é analisar como tem sido o desenvolvimento da criança dentro da escola de educação infantil na perspectiva do professor, uma vez que este vivencia experiências que permitem analisar de outro ângulo, os resultados da Educação Infantil realizada atualmente dentro das instituições em que eles trabalham. As reflexões serão a partir de análise de dados coletados através de questionários aplicados à professoras de Educação Infantil.

PROBLEMA DE PESQUISA: Assim sendo, as indagações que se pretende aqui analisar são:

* Como a Educação Infantil tem contribuído para o desenvolvimento da criança dentro das instituições?
* Quais são os entraves encontrados dentro das instituições de Educação Infantil para realização eficiente deste trabalho?

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste presente trabalho é refletir sobre “o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

* Destacar o objetivo inicial do professor ao escolher tal profissão.
* Reconhecer o significado e importância do professor de Educação Infantil.
* Ressaltar o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor atuante.

HIPÓTESES (refazer)

* Acredita-se que esta profissão oferece possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da criança em vários aspectos, além de obter satisfação pessoal ao contribuir para esta evolução.
* O professor de Educação Infantil é um mediador fundamental na vida da criança e, através de práticas pedagógicas significativas, favorece o desenvolvimento integral da criança de forma eficaz e eficiente.
* A Educação Infantil é importante, pois, contribui para a evolução da criança enquanto ser social, assim, estar fora dela, seria como perder uma oportunidade de conhecimento e aprendizagem.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho ocorrerá a partir dos apontamentos feitos por três professoras de uma escola de Educação Infantil privada e outros sete de uma pública. Esses apontamentos serão adquiridos por coleta de dados através de um questionário composto por oito questões abertas, que partirão do princípio de levantar informações acerca do tema escolhido para este projeto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Assim sendo, embaso este trabalho de acordo com os capítulos teóricos a seguir, que são divididos em três, onde procurou-se abranger a história da criança e todo seu percurso, conquistando o direito à educação. No último capítulo buscou-se transcrever sobre o desenvolvimento da criança.

No capítulo 1, com a temática “A criança e sua construção social ao longo da história”, relata-se a história da criança e toda sua trajetória, até ser reconhecida como cidadã de direitos, ser social, aquela que possui sentimentos e que necessita de atenção e cuidados. Dentro deste capítulo, também é abordado a temática “A compreensão do significado da infância” que aprofunda sobre a construção deste significado, e o que ele representa na vida da criança.

No capítulo 2 aborda-se o tema “A construção do direito à Educação Infantil”, relatando a luta pela conquista dos seus direitos da criança, definindo como o direito à educação passou a contemplá-la. Ainda neste capítulo relata-se “A historia da Educação Infantil e sua importância para o desenvolvimento infantil” percorrendo toda a trajetória desta educação, até ampliar esse atendimento às crianças de zero a cinco anos de idade, além de enfatizar toda a contribuição dela para o desenvolvimento integral da criança.

No capítulo 3 e último se fez necessário refletir sobre “O desenvolvimento infantil”, ressaltando-o e apontado seus reflexos na vida social e escolar da criança.

**CAPÍTULO I**

1. **A CRIANÇA E SUA CONTRUÇÃO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA**

A criança como se conhece nos dias atuais, como cidadã de direitos, nem sempre teve seu reconhecimento perante a sociedade. Durante muito tempo **a mesma** foi discriminada, isolada e rejeitada.

A construção histórica da criança enquanto sujeito social e sua representação na sociedade se deram a partir de relatos feitos por adultos. De acordo com Rocha (2002, p. 52) “a concepção de criança é vivida e apreendida a partir das construções feitas pelos adultos, nas quais, muitas vezes, a criança não pode discursar, defender-se ou falar sobre si mesma”.

[...] até o início dos tempos modernos, a criança não era vista como sendo diferente do adulto, sempre calada, não merecendo ser ouvida, mas vivenciando e assistindo o mundo no qual não era considerada protagonista. Curiosamente se verifica que essa concepção está relacionada com o significado etimológico da palavra. (COSTA, 2000, p. **23**).

Essa postura era praticada pelos adultos somente até a criança completar sete anos, pois antes disso era considerada um ser irracional, que não **tenha** capacidade que falar ou pensar. Após esta idade já era tratada como adulto.

Ariès (1981) citado por Rocha (2002, p55) aponta que nesta época, a criança era tratada como um objeto, não existia sentimento materno, muito menos a necessidade de cuidado ou respeito. Também era comum entregar a criança para que outra família cuidasse, e esta era devolvida após os sete anos de idade, caso sobrevivesse. Ainda segundo o pesquisador:

[...] “as crianças eram jogadas fora e substituídas por outras sem sentimentos” [...] “Assim, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade”. (ROCHA, 2002, p. 55).

Era comum que os adultos aceitassem a alta taxa de mortalidade das crianças, levando Oliveira (2005), citado por Ramos (2010, p. 3) a destacar que “a alta taxa de mortalidade obtida pelas criadeiras tem sua justificativa devido à precariedade de condições higiênicas e materiais”. Em Marcílio encontra-se que a mortalidade infantil em 1950 “apresentava índices elevados: 158 mortes de menores de um ano para cada mil nascidos vivos”. (MARCILIO, 1998, p. 52).

Esta realidade ocorria com frequência, devido às más condições em que as crianças eram criadas. Não havia condições básicas de higiene, levando à doenças, e consequentemente à morte. **Embora essa mortalidade fosse um acontecimento comumente aceito pelas famílias, o poder público e Igreja, não a aceitavam com tanta naturalidade, passando a interferir, assumindo o papel de cuidar das crianças.**

Por outro lado, Carvalho, Salles e Guimarães (2002, p. 13) apontam que embora a diferença entre a criança e o adulto seja notada em vários aspectos, não influenciou para que, no passado, a criança fosse tratada como adulto. Ao completar sete anos de idade, as crianças passavam a exercer funções e tarefas, assumir responsabilidades, participar de eventos, vivenciar práticas sexuais e se vestir como adultos. Rocha (2002, p. 55) afirma que “isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças”.

Carvalho, Salles e Guimarães (2002, p. 13-14) também apontam que o tratamento da criança era diferenciado de acordo com sua classe ou gênero, de modo que cada um se encarregasse de aprofundar na área que lhe pertencia. Assim, o menino branco de elite era bem-educado, doutrinado, estudava em colégios e aprendia sobre como liderar, enquanto a menina branca aprendia os a fazeres ditos femininos, se preparando para cuidar da família e dos filhos, quando adulta. Por outro lado, a criança pobre ou escrava trabalhava e tinha que ser produtiva, aprimorando cada vez mais suas habilidades, seguindo os exemplos do pai trabalhador. Assim sendo:

“As vivências da infância eram radicalmente diferenciadas, definidas pela sua inserção social, por pertencimentos raciais e de gênero. Isso determinava diferentes processos e conteúdos de aprendizagem em instâncias distintas, o colégio, no caso da criança de elite, ou o trabalho, no caso da criança pobre ou escrava”. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p. 14).

De acordo com os autores “a criança participava das atividades coletivas de seu grupo social, através das quais exercia seu aprendizado para a vida adulta. O universo infantil não era destacado do universo adulto.” (2002, p. 13). Ariès, citado por Rocha (2002, p. 53), vem dizer que a criança, durante muito tempo, era vista como “adulto em miniatura”.

Ao longo da trajetória da criança, esta se encontrava insignificante diante da sociedade. No entanto, com a interferência do poder público e religioso em relação à mortalidade infantil, a mulher assume papel fundamental aos cuidados da criança, sendo elas asamas e parteiras,que dedicavam-se à manutenção da vida infantil. Essa postura contribuiu para melhoras na higiene e saúde da criança, e ainda, “fez com que os pais não aceitassem perdê-las com naturalidade”. (ROCHA, 2002, p. 56).

Nesta perspectiva Costa (2000, p. 26), afirma que “o homem passou a preocupar-se mais com a preservação da vida da criança, com as doenças, tratamentos e curas”.

Ariès (1981) citado por Rocha (2002) define esse período como “sentimento de infância”, além de relacionar a história da infância à história da família, que foi se constituindo e se tornando privada.Esse novo olhar dado a infância determinou o direcionamento da educação das crianças, onde as famílias assumiram o papel de educá-las, tornando esta, uma educação privada.

A preocupação da família com a educação da criança fez com que mudanças ocorressem e os pais começassem, então, a encarregar-se de seus filhos. Consequentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia. (ROCHA, 2002, p. 57).

Partindo deste princípio, Costa (2000, p. 26-27) aponta as ideias Ariès (1981) dizendo que “para combater essa educação privada, a Igreja e o Estado resolveram tomar o encargo educativo”, visando que o papel de educar não cabia aos pais, mas, à uma instituição competente, no caso, a igreja. Segundo a autora, foi diante da nova postura adotada pelo poder político e religioso que fundaram-se os primeiros colégios e instituições de ensino, assumindo um compromisso, que antes era feito pelas mulheres, de cuidar e educar as crianças.

Baseando-se neste contexto histórico, a nova organização das famílias, e o novo olhar dado à criança resultou positivamente, reconhecendo-a como cidadã, sujeito social, que possui sentimento, desejo, vontade, além de se tornar elemento fundamental para compreensão do adulto. “Neste sentido, a história da infância surge como possibilidades para muitas reflexões sobre a forma como entendemos e nos relacionamos atualmente com a criança”. (ROCHA, 2002, p. 53).

**O conceito de infância vem acompanhando as transformações culturais ao longo dos tempos. Portanto, as práticas do atendimento às crianças, correspondem ao valor social que a infância tem em determinada sociedade e contextos históricos e teóricos. (PRADA, 2004, p. 54).**

**Através do caminho percorrido pela criança se tornando um ser reconhecido por todas as suas características, necessidades de cuidado e educação, importância e significado para a sociedade, faz-se necessário a busca pela compreensão da infância, visto que esta representa um período de extrema importância para a vida da criança. Para tanto,** o pesquisador francês Philippe Ariès foi um contribuinte fundamental.

ARIÈS é considerado o precursor da história da infância, pois foi através de estudos realizados por ele, com várias fontes, como a iconografia religiosa e leiga, diários de família, dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos, que surgem os primeiros trabalhos na área de história, apontando para o lugar e a representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII. (COSTA, 2002, p. 53).

**Rocha apresenta contribuições significativas do pesquisador acerca da infância, apontando que esta “tomou diferentes conotações dentro do imaginário do homem em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos de acordo com cada período histórico”. (2002, p. 54).**

Observa-se, que a infância era caracterizada pela incapacidade de se comportar de forma racional, bem como pela ausência da fala, comparando-a à velhice, alegando que ambos não raciocinavam racionalmente e não eram produtivos como os adultos, “excluindo-se crianças e idosos de diversos setores e espaços sociais”. (ROCHA, 2002, p. 54-55).

**Em Prada (2004, p. 53) “a infância também se caracteriza por agitação, aspereza, insolência e pela ausência das condições da vida social”.**

**Considera-se, portanto, que a criança era insignificante até completar sete anos, inserindo-se no mundo adulto após esta idade. Este período determina uma mudança no sentimento pela criança, caracterizando-se “paparicação”, que segundo Rocha (2002, p. 56) “seria um sentimento despertado pela beleza, ingenuidade e graciosidade da criança”.**

Em Rocha, nota-se que devido à alta de mortalidade infantil, a passagem curta e insignificante da criança pela vida adulta, era determinante para que não houvesse sentimento pela mesma.

Por outro lado, a compreensão da infância **“enquanto um período de vida, como uma idade cronológica” (PRADA, 2004, p. 51)** se dá ao longo da construção social da criança, como ser que necessita de cuidados, vindo a ser reconhecida primeiramente pelas mulheres, e posteriormente pelas famílias, que, ao enxergar e considerar suas características e especificidades, passaram a cuidar e proteger, evitando a perda do seu filho.

Segundo Ariès (1981), existiram duas posições distintas em relação à infância: uma delas que concebe a criança como ser ingênuo, que necessita de mimos, e outra que entende em fase de crescimento, necessitando assim moralização e educação. (COSTA, 2000, p. 25).

Se tratando de mimos e moralização, compreende-se que ambos os sentimentos “se completam na concepção de infância enquanto essência infantil”. (KRAMER, 1982, p. 20).

A infância deve ser considerada uma condição do ser criança, sendo importante respeitá-la e considerar seu universo de representações, pois é um sujeito participante das relações sociais, fazendo parte de um processo histórico, social, cultural e psicológico. (COSTA, 2000, p. 1).

Diante de tais premissas, compreende-se que toda essa trajetória colaborou de forma significativa para entendimento sobre construção da criança ao longo da história, bem como a compreensão da infância, enfatizando todo o processo de lutas contínuas que resultaram em um reconhecimento da especificidade da mesma. **Assim, o conceito de infância “é uma representação das mudanças ocorridas na sociedade como um todo partindo das transformações ocorridas na estruturação da família” (PRADA, 2004, p. 55). Compreende-se que** a criança é um ser social que existe desde sempre, enquanto a infância é uma construção de sentimento muito recente.

A compreensão da importância da infância na vida da criança abriu caminho para estudos aprofundados, buscando o entendimento sobre seu desenvolvimento e necessidades. Também foi possível reconhecer que a criança necessita de espaços apropriados para a sua educação, visando que esta deve ser favorecida em todos os direitos de cidadã.

**CAPÍTULO II**

1. **A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL**

Ao longo da construção enquanto sujeito social e da compreensão da importância da infância, a criança foi adquirindo seus direitos**. Direitos esses que repercutiram positivamente na vida da criança nos dias atuais, assegurando o direito à vida, saúde, respeito, cuidados, educação, proteção entre outros, contribuindo para uma vida digna.**

Descreve-se a seguir, as principais mudanças ocorridas acerca da construção dos Direitos da Criançaque se deram a partir de um longo processo, ampliando-se de acordo com a evolução da humanidade.

O século XX é o século da descoberta, valorização, defesa e proteção da criança. No século XX formulam-se os seus direitos básicos, reconhecendo-se, com eles, que a criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios. (MARCÍLIO, 1998, p. 47).

Os Direitos da Criança se originam da formulação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão, segundo a autora, e foram incorporados na primeira Declaração dos Direitos da Criança.

Com os avanços da medicina, das ciências jurídicas, das ciências pedagógicas e psicológicas, o século XX descobre a especificidade da criança e a necessidade de formular seus direitos, que passam a ser tidos como especiais. (MARCÍLIO, 1998, p.48).

**Ao longo da história da criança, muitos avanços foram surgindo em relação aos seus direitos, contando com a contribuição de vários especialistas, que vieram a dar devida importância à especificidade da criança, despertando um olhar voltado para elas.** Segundo Marcílio (1998, p.48-49), após a Segunda Guerra Mundial “surge o UNICEF - United Nations International Child Emergency Fund - em outubro de 1946, com o objetivo de socorrer as crianças dos países devastados pela guerra”. Esta fundação foi ampliada, visando a melhoria da saúde e da nutrição das crianças dos países pobres. Neste período as creches tinham o caráter apenas de assistência.

Em 1950 a UNICEF foi ampliada mais uma vez, visando atender a educação, amparando as crianças e suas famílias em serviços sociais. Assim, “a criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução”. (MARCÍLIO, 1998, p. 49). Dentre as metas do UNICEF encontra-se:

A proteção à criança e ao jovem em conflito com a lei, a garantia do desenvolvimento integral da criança, o apoio à família e o esforço contínuo no sentido de introduzir em cada nação uma distribuição de recursos mais equitativa. (MARCÍLIO, 1998, p. 50).

A realidade da criança foi sendo remodelada, obtendo avanços, controlando primeiro a mortalidade infantil e depois a fecundidade. Neste contexto, a escolarização também obteve melhorias e o direito à educação foi assumindo um papel importante perante as famílias e sociedade. “Com o controle das taxas de mortalidade geral e da fecundidade, ficou maisviável desenvolver políticas públicas e ações em favor da infância no Brasil”. (MARCÌLIO, 1998, p. 52).

Em Ramos percebe-se que com o processo de urbanização e industrialização acelerada, a mulher ingressou no mercado de trabalho, alterando assim os costumes familiares, surgindo, através delas, a reivindicação por melhores condições de trabalho, assim como também a criação de lugares apropriados para seus filhos. “Para isso, surgem as “criadeiras”, isto é, pessoas que se dispunham a cuidar das crianças” [...]. (2010, p. 2).

A autora ainda ressalta que diante as reivindicações, as indústrias cederam ao apelo das mulheres e dos sindicatos, visando que o rendimento do trabalho melhorava consideravelmente.

Assim, a creche foi criada para atender prioritariamente às necessidades das mães trabalhadoras, cujas crianças precisavam ser cuidadas por alguém que pudesse atender às suas necessidades básicas de alimentação, sono e higiene. (SALLES e FARIA, 2012, p. 53).

Para Ramos (2010, p. 3), o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, trouxe regulamentação para o atendimento às crianças pequenas nos jardins de infância, creches e escolas maternais.

De certa forma, a origem dessas instituições contribuiu para a definição do destinatário prioritário desse serviço, a natureza da ação desenvolvida, o profissional necessário para sua execução e os próprios tipos de instituições existentes. (SALLES e FARIA, 2012, p. 53).

Neste novo cenário, a educação para criança pequena **começa a** ganhar espaço, “durante a metade do século XX, precisamente em 1961, é aprovada a LDB”, [...] “a qual, em seus artigos, incentiva as empresas e indústria à criação de instituições pré-primárias”. (RAMOS, 2010, p. 3). **As escolas de Educação Infantil passam a definir a sua intencionalidade, buscando definir como, onde, com quem e por que dessas instituições, visando que a necessidade de cuidar e educar prevalecia, rompendo com o ponto de vista assistencialista.**

É só a partir da década de 70 que a importância da educação da criança pequena é reconhecida e as políticas governamentais começam a, incipientemente, ampliar o atendimento, em especial das crianças de 4 a 6 anos. (KRAMER, 1991, p.18).

É através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atual Carta Magna do Brasil, que contou com a participação popular em sua elaboração, que os direitos da criança passaram a ser considerados devidamente. Na constituição de 1988 consta que “pela primeira vez na história, uma Constituição do Brasil faz referências a direitos específicos da criança, que não sejam aqueles circunscrito ao âmbito do Direito da Família”. (CAMPOS, 1995, p. 17).

**Diante disso a Educação Infantil passa a ser reconhecida como direito da criança, e dever do Estado a promoção do mesmo.** O que antes era limitado à assistência ou amparo, agora representa grande avanço em relação à valorização do “desenvolvimento integral da criança brasileira” (1998, p. 18). Em relação ao artigo 227, da carta constitucional de 1988 consta que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à Criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (MARCILIO, 1998, p. 51).

**Prada (2004) ressalta,**

**Nessa Carta Magna, o artigo 205 afirma que é “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. Já o artigo 208, inciso IV, impõe “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.Esse mesmo documento, no artigo 211, parágrafo 2º, afirma que “Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”. (2004, p. 31).**

**Esta afirmação vem mostrar que a Carta Constitucional não defendia o direito das crianças de zero a três anos, visto que essas integram as creches, se mostrando “incapaz de regular sistematicamente o ensino brasileiro”. (PRADA, 2004, p. 31).**

De acordo com Marcílio, “a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos promoveu em 1989 a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança”. (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

A convenção define como criança qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade (artigo 1), cujos ‘melhores interesses’ devem ser consagrados em todas as situações (artigo 3). Protege os direitos da criança à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento (artigo 6), e suas determinações envolvem o direito da criança ao melhor padrão de saúde possível (artigo 24), de expressar seus pontos de vista (artigo 12) e de receber informações (artigo 13). A criança tem o direito de ser registrada imediatamente após o nascimento, e de ter um nome e uma nacionalidade (artigo 7), tem o direito de brincar (artigo 31) e de receber proteção contra todas as formas de exploração sexual e de abuso sexual (artigo 34) [...]”(5). (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

Neste contexto, estabelece-se o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente- assinado em 1990, reafirmando-se o direito à Educação Infantil. O ECA vem considerar como criança qualquer pessoa com até doze anos. Segundo Costa “o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8069, de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. (COSTA, 2000, p. 24).

“No ano de 1996, é instituída a Lei 9394/96, a qual propõe que os municípios sejam incumbidos de oferecer Educação Infantil” (RAMOS, 2010, p. 3). A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação -, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, foi aprovada em dezembro de 1996, e é a mais importante lei brasileira que se refere à educação infantil, **fortalecendo-a como primeira etapa da educação básica.** Sendo assim, de acordo com o artigo 29:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (RAMOS, 2010, p.4).

**Prada (2004, p. 33) enfatiza que, segundo o artigo 11 da LDB, “cabe aos municípios “Oferecer a educação infantil em creches e pré-escola, e, com prioridade, o ensino fundamental [...]””. Observa-se diante desta afirmativa, que a educação para crianças não é obrigatoriedade mas, oferecida pelos poderes públicos.**

Os avanços na legislação brasileira trouxeram mudanças consideráveis em direção à proteção, educação e cuidado com a criança. Assim, os direitos adquiridos por ela ao longo da sua trajetória, em especial o direito à educação, norteou e direcionou as práticas que devem ser exercidas dentro das instituições de Educação Infantil, de modo que elas favoreçam o pleno gozo desses direitos.

**Fazer conclusão**

**CAPÍTULO III**

1. **EDUCAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS**

A educação pré-escolar nasceu a partir de fatos importantes que colaboraram significativamente para “justificar o surgimento das escolas infantis”, no entanto essa realidade “é um fato muito recente”. Segundo Craidy e Kaercher “durante muito tempo, a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias ou do grupo social ao qual pertencia”. Não haviam instituições voltadas para a educação das crianças. (2001, p. 13).

Para as autoras, a educação de crianças, do ponto de vista escolar, “só foi possível porque também se modificaram na sociedade as maneiras de pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância”. (2001, p.13). **Todo percurso que a criança fez para chegar ao seu reconhecimento como cidadã de direitos, contribuiu para o surgimento das escolas de Educação Infantil.**

[...] as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, [...] Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e como torna-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social. (CRAIDY E KAERCHER, 2001, p. 15).

Craidy e Kaercher (2001) apontam que “com a implantação da sociedade industrial, também passaram a ser feitas exigências educativas para dar conta das novas ocupações no mundo do trabalho”. **A partir da nova realidade social**, a mulher se viu em uma **condição** onde ela teria que sair de casa para trabalhar. Assim as mulheres, mais especificamente as mães, passaram a reivindicar que esse direito fosse concedido aos seus filhos. Esse fato também influenciou para o surgimento das escolas de Educação Infantil, vindo a assumir o papel social de cuidar e educar as crianças.

A partir do novo olhar da sociedade diante a nova concepção de criança, infância, família e educação, percebeu-se a necessidade de haver um espaço específico para a educação da criança pequena, que oferecesse condições básicas de educação e higiene.

Reconhecendo os primeiros espaços de Educação Infantil ressalta-se que, segundo Oliveira (2005), citado por Ramos (2010, p. 2) a transformação sofrida na Europa importou para o Brasil o Jardim de Infância, fundado por Friederich Froebel, este que relacionava as crianças às plantinhas e o professor ao jardineiro. No entanto, o jardim de infância que era criticado devido ao significado que era atribuído aos asilos da França, também por serem destinadas as crianças pobres. Por outro lado, tal ideia era defendida por acreditarem que seria uma oportunidade de vantagem para o desenvolvimento infantil.

Alguns pesquisadores de destaque, como Campos (1986), Rosemberg (1999), Kramer (1994), Sousa (1996) e Kishimoto (2000), apontam que esta área obteve maior destaque no cenário nacional com a criação e atuação de uma Coordenadoria de Educação em 1995, somada ao fato da incorporação dessa etapa de escolarização ao sistema de ensino em 1998. (FRANCO, 2002, p. 23 e 24).

**Onde era e como funciona**

Com a criação dessa Coordenadoria, a Educação Infantil passa a ser reconhecida e ganha devida importância, tornando-se um espaço adequado para o desenvolvimento integral da criança, assumindo um papel relevante diante da sociedade. Segundo Kramer, a pré-escola serve para:

Propiciar o desenvolvimento infantil, considerando os conhecimentos e valores que as crianças já têm e, progressivamente, garantindo a ampliação dos conhecimentos, de forma a possibilitar a construção da autonomia, cooperação, criticidade, criatividade, responsabilidade, e a formação do auto-conceito positivo, contribuindo, portanto, para a formação da cidadania. (KRAMER, 1991, p.49).

Nas Diretrizes e Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, a Educação Infantil é definida como: **ARGUMENTAR MAIS**

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p.12).

Diante dessas afirmações, compreende-se que através da Educação Infantil a criança tem a possibilidade de conhecer suas características e habilidades e assim trabalhar a partir delas. Considera-se, neste sentido, que é preciso investir em uma Educação Infantil que propicie momentos de aprendizados aliados ao prazer, contribuindo para a construção e desenvolvimento da criança. Para tanto, é necessário definir metas e objetivos que possibilitem alcançar esses resultados. Kramer (1991) afirma que “para que esse objetivo seja concretizado, definimos as seguintes metas educacionais”:

A construção da autonomia e da cooperação, o enfrentamento e solução de problemas, a responsabilidade, a criatividade, a formação do autoconceito estável e positivo, a comunicação e expressão em todas as formas, particularmente ao nível da linguagem. (KRAMER, 1991, p. 37).

As metas traçadas para a Educação Infantil **visam** alcançar um resultado favorável para a criança **individualmente ou coletivamente**, e em detrimento disso surge a necessidade de se obter profissionais preparados para cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, dentro de um espaço apropriado, realizando um trabalho de qualidade dentro da escola, que seja, segundo Kramer, “capaz de favorecer o desenvolvimento infantil e a aquisição de conhecimentos”, além de reconhecer a criança como ser social, valorizando sua identidade e respeitando seus direitos. (1991, p. 19).

Em Franco (2002, p. 58 e 62) observa-se que “sem um trabalho pedagógico adequado, instituições de educação infantil podem estar servindo, assim, de local de guarda, de confinamento”. Afirma-se, nesta perspectiva, que as intervenções pedagógicas devem favorecer o desenvolvimento integral da criança, investindo em práticas coerentes aos objetivos que se pretende alcançar. Para tanto, reforça-se a necessidade de obter profissionais preparados.

“Daí a importância de se perceber o espaço pedagógico da creche como fundamental na educação infantil, para além do seu sentido estrito de guarda ou recreação”. (HOFFMANN, 1996, p.39).

A educação infantil que desejamos é aquela que privilegia a existência plena da criança naquilo que é próprio e específico, sem desistências, concessões nem transferências. (...) A escola proposta é um lugar de satisfação, altamente gratificante. Não estar na escola, no momento, seria estar se privando de grande satisfação. (REDIN, 1998, P. 71).

Toda a trajetória da Educação Infantil se fez ao longo de uma longa luta, onde o direito à educação não era oferecido pelos órgãos públicos. No entanto, diante das lutas da sociedade pelos seus direitos, fez com que a educação fosse tomada como elemento principal para a formação da criança como sujeito social, que possui direito, e assim usufruir os mesmos. Contudo, os percalços que essa história apresenta, reforça na sociedade, o direito à luta, e em consequência dela, a vitória.

Neste novo cenário, a psicologia infantil passa a buscar compreensão sobre a infância, de modo que esta explique o desenvolvimento infantil bem como a construção do seu conhecimento. Para KRAMER “essas informações são especialmente importantes, pois delas derivam subsídios fundamentais para a prática pedagógica nos diferentes níveis da escolaridade”. (1991, p. 20).

O desenvolvimento da criança, segundo a psicologia, perpassa pelos aspectos, afetivo, motor, social, e cognitivo. Assim sendo, as práticas pedagógicas devem favorecer a criança de modo que ela se desenvolva em todos esses eles.

Para o desenvolvimento da criança em todos os aspectos pontuados na psicologia infantil, entende-se que é de suma importância que as crianças usufruam de um espaço que promova experiências voltadas para as mesmas, contribuindo positivamente para seu aprendizado. Assim, o ambiente escolar deve proporcionar segurança, conforto, bem-estar, além de promover vivências onde a criança desenvolva habilidades e tenha um aprendizado efetivo.

Piaget, Vigotsky e Wallon são teóricos sociointeracionistas que contribuíram significativamente para a compreensão do desenvolvimento infantil, este que se dá, segundo eles, através do convívio com o outro, do contato com objetos e ambientes, das trocas estabelecidas. Sendo assim, “a articulação entre os diferentes níveis de desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dá de forma isolada, mas sim de forma simultânea e integrada”. (CRAIDY E KAERCHER, 1991, p. 27). Discorre-se aqui, ainda que brevemente, alguns principais pensamentos desses teóricos.

Segundo as autoras, Henri Wallon (1879-1962), um médico francês, aponta que “o desenvolvimento se dá de forma descontínua, sendo marcado por rupturas e retrocessos”. (1991, p.28). Em Carvalho, Salles e Guimarães observa-se que segundo Wallon:

A criança experimenta tanto uma atualidade ao longo da infância, como um vir a ser, um momento que a prepara para a vida adulta. Mas não podemos esquecer que, para a criança, viver a infância constitui um momento próprio, distinto do adulto. (2002, p.20).

Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), estudioso russo, citado por Craidy e Kaercher, diz que “o funcionamento psicológico estrutura-se a partir das relações sociais estabelecidas entre o indivíduo e o mundo exterior”. (1991, p. 29).

Observa que a criança apresenta em seu processo de desenvolvimento um nível que ele chamou de real e outro potencial. O nível de desenvolvimento real refere-se a etapas já alcançadas pela criança, isto é, a coisas que ela já consegue fazer sozinha, sem a ajuda de outras pessoas. Já o nível de desenvolvimento potencial diz respeito à capacidade de desempenhar tarefas com a ajuda de outros. (CRAIDY E KAERCHER, 1991, p. 29).

Ainda sobre a perspectiva de Vygotsky, segundo as autoras:

A zona de desenvolvimento proximal ou potencial consiste na distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. [...] O papel do/a educador/a consiste em intervir na zona de desenvolvimento proximal ou potencial dos/as alunos/as, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente. (1991, p. 30).

Por outro lado, Piaget (1896-1980), biólogo e epistemólogo suíço, citado por Caidy e Kaercher.

A preocupação central de Piaget era descobrir como se estruturava o conhecimento. [...] Tal processo envolve, portanto, a capacidade de organizar, estruturar, entender e posteriormente, com a aquisição da fala, explicar pensamentos e ações. (1991, p. 30).

As pesquisas sobre o desenvolvimento e a construção do conhecimento infantil vêm trazer reflexões acerca de como a criança deve evoluir durante o período da infância. Contudo, os aspectos considerados para avaliar-se esse desenvolvimento devem levar em consideração toda a história e percurso realizado pela criança até o momento. Piaget (1970; 1978; 1987) citado por Hoffmann aponta que:

A criança constrói o conhecimento na sua interação com o objeto, entendido como o seu próprio corpo, as coisas, as pessoas, os animais, a natureza, os fenômenos do mundo físico em geral. Ao nascer, cada criança apresenta processos internos que lhe possibilitam a aprendizagem, mas que resultam em desenvolvimento a partir, essencialmente, da sua experiência sobre o meio e das condições que o meio lhe oferece para isso. (1996, p. 20).

Nesta afirmação Piaget **afirma** que não concorda com o fato de a criança só desenvolver a partir das práticas promovidas pelo professor, uma vez que para isso, a criança precisa ter desenvolvido anteriormente outras habilidades, essas que são obtidas no desenvolvimento natural da criança.

Piaget vem contribuir para a educação apontando argumentos sobre a “complexidade da questão da construção do conhecimento pela criança ao longo do desenvolvimento”. (HOFFMANN, 1996, p. 21). Essa complexidade se refere à forma como essa construção é compreendida, uma vez que a criança tem seu modo próprio de se desenvolver, de acordo com as influências do meio em que ela está inserida. KRAMER (1991, p. 30) cita que “a educação na visão piagetiana deve possibilitar à criança o desenvolvimento amplo e dinâmico desde o período sensório-motor até o operatório abstrato”.

“A criança participa ativamente da construção de sua própria cultura e de sua história, construindo conhecimentos e constituindo sua identidade a partir de relações interpessoais”. (HOFFMANN, 1996, p. 21). Neste sentido, compreende-se que a criança é autora da sua história, e a convivência com o outro permite que haja trocas, proporcionando um conhecimento mais significativo. “Um dos grandes desafios, portanto, é a busca do desenvolvimento de uma educação de qualidade em sentido amplo, que respeite as características próprias da criança”. (FRANCO, 2002, p. 24).

A partir desta concepção, o professor vem ser um mediador fundamental, promovendo, através de intervenções pedagógicas, propostas significativas que se articulem com as necessidades da criança. Hoffmann vem dizer que “a ação mediadora do educador resulta, igualmente, num trabalho pedagógico que valoriza as experiências de vida de cada criança, suas vivências culturais, raciais, religiosas, etc.”. (1996, p.30).

As atividades e situações propostas têm, portanto, o objetivo último de favorecer a exploração, a descoberta e a construção de noções, ou seja, o desenvolvimento e o maior conhecimento do mundo físico e social (da língua, da matemática, das ciências naturais e das ciências sociais), eixos básicos da função pedagógica da pré-escola. (KRAMER, 1991, p.21).

Sobre o papel do educador, este deve, segundo Craidy e kaercher (1991, p.31), “proporcionar experiências diversificadas e enriquecedoras, a fim de que as crianças possam fortalecer sua autoestima e desenvolver suas capacidades”.

Segundo a Hoffmann “o desenvolvimento das crianças acontece de forma acelerada”, fundando-se assim, uma necessidade de desenvolver atividades “que oportunizem o desenvolvimento integrado” da criança. (1996, p. 22 e 36).

A história da criança passa a ser, então, de fundamental importância, e os fatos vividos por cada uma delas em diferentes situações, [...] para serem pontos de referência para uma ação educativa permanentemente voltada ao seu desenvolvimento máximo possível. (HOFFMANN, 1996, p. 33).

Para a construção do conhecimento e desenvolvimento integral da criança, o espaço pedagógico vem contribuir significativamente. Este espaço deve seguro e desafiador, além privilegiar a criança como um todo, respeitando e valorizando suas características, tornando-se um ambiente propiciador do conhecimento. “O espaço pedagógico é, dessa forma, um espaço construído reflexivamente pelo professor, por suas premissas teóricas e na relação com as crianças”. (HOFFMANN, 1996, p.39).

Os estudos sobre o desenvolvimento infantil também influenciaram para a elaboração de um currículo apropriado, assim como também proposta pedagógicas de acordo com a especificidade da criança, ciclos ou faixa etária em que a mesma se encontra. Nas Diretrizes e Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil o currículo se define como:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p.12).

Sobre currículo, este deve ter foco em atividades significativas, atendendo “aos interesses e necessidades das crianças” segundo Kramer (1991, p.50). Ou seja, estas propostas devem ser prazerosas, onde o lúdico seja peça chave para obter resultados positivos. Essas propostas devem ainda, articular a realidade da criança, aliando-se ao conhecimento já obtido por elas, de maneira a construir novos conhecimentos.

Todos os elementos que são articulados juntamente com a criança favorecem de alguma forma, a construção do seu conhecimento, bem como seu desenvolvimento. No entanto, a Educação Infantil, vem ser o espaço apropriado, e o educador o mediador fundamental, para que ambos representem significativa evolução na vida e história da criança.

**Valorizar a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança segundo o titulo.**

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Editora LCT, 1981.

BRASIL. **Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. V. I, II, III. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil/Secretaria de Educação Básica**. -. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, Maria Malta. ROSEMBERG, Fúlvia. FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1995.

CARVALHO, Alysson. SALLES, Fátima. GUIMARÃES, Marilia . **Desenvolvimento e Aprendizagem.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex- UFMG, 2002.

COSTA, Márcia Rosa da. **Eu também quero falar: um estudo sobre infância, violência e educação.** In: **INFÂNCIA – forma de conceber e tratar a infância***.* Porto Alegre, 2000.

FRANCO, Márcia E. Wilke. **Compreendendo a Infância.** Porto Alegre: Mediação, 2002, 80p.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e relfexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

KRAMER, Sonia (coord.). **Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1991.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel. **Infância: Fios e desafios da pesquisa**. Campinas, SP. Papirus. 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Revista USP**. São Paulo. Março/Maio, 1998.

# PRADA, Lenir Rosa André. **A formação do professor da educação infantil:**

# **Um Estudo de Caso**. Três Corações. 2004.

RAMOS, Janaína Silmara Silva. **Artigo para a XVIII Semana de Humanidades: Rotina na Educação Infantil: Saberes Docentes**. Natal: UFRN, 2010.

REDIN, Euclides. **Educação Infantil: construção da cidadania e prática pedagógica.** In: Paixão de aprender, n. 7. Porto Alegre, Jun. 1994, p.48-53.

ROCHA, Rita de Cássia Luíz da. **História da infância: Reflexões acerca de algumas concepções correntes***.* Guarapuava, 2002.

SALLES, Fátima e FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. Editora Ática; 2012.